



**FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS APLICADAS – FATECS**

**CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LINHA DE PESQUISA: CONTABILIDADE**

**ÁREA: IMPACTOS DA CONTABILIDADE EM MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**MATHEUS RAMOS ALVES PEREIRA**

**RA: 21507159**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS  
COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO**

**Brasília**

**2018**

**MATHEUS RAMOS ALVES PEREIRA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS  
COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO**

Trabalho de Curso (TC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Ciências Contábeis do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Ubirajara Gusmão Sobrinho Junior.

**Brasília**

**2018**

**MATHEUS RAMOS ALVES PEREIRA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**  
**COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO**

Trabalho de Curso (TCC) apresentado  
como um dos requisitos para a conclusão  
do curso de Ciências Contábeis do  
UniCEUB – Centro Universitário de  
Brasília.

Orientador: Ubirajara Gusmão Sobrinho  
Junior.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Ubirajara Gusmão Sobrinho Junior  
Orientador

---

Prof. \_\_\_\_\_  
Examinador (a)

---

Prof. \_\_\_\_\_  
Examinador (a)

# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO**

Matheus Ramos Alves Pereira  
Ubirajara Gusmão Sobrinho Junior

## **RESUMO**

O presente estudo teve por objetivo apresentar a importância das Demonstrações Contábeis e suas interpretações através de indicadores para a tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. É sabido que estas se encontram em constante evolução no que tange à economia no Brasil. Em tempos controversos, mediante o mercado de trabalho, tais empresas têm crescido cada vez mais, sendo fundamental para o combate ao desemprego. Neste íterim, a Contabilidade torna-se ferramenta indispensável acerca do desenvolvimento gerencial e financeiro e, sob seu viés gerencial, apresenta o processo de elaboração de demonstrativos gerenciais, de suma importância para o público interno. Como norte metodológico, desenvolveu-se um estudo mediante a aplicação de um questionário junto a micro e pequenas empresas na Região Administrativa de Vicente Pires, Distrito Federal. Concluiu-se que grande parte das empresas pesquisadas não dispõe de conhecimento acerca das informações desenvolvidas pela Contabilidade, uma vez que da inexistência da utilização das Demonstrações Contábeis como instrumento de gestão.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas. Contabilidade Financeira. Contabilidade Gerencial.

## **1 INTRODUÇÃO**

A economia brasileira, ao longo dos anos, vem sofrendo vários abalos devido à sua fragilidade. Em contrapartida, é possível identificar o desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MEP), proporcionando a criação de um mercado com elevada importância na produção do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE 2016), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que analisou a participação dos pequenos negócios no PIB brasileiro, cerca de 27% deste, no ano de 2016, foi produzido pelas MEPs. Por conseguinte, identificaram-se também as receitas e despesas como fator influente na mortalidade das empresas.

Neste ínterim, conforme Santos et al. (2014), a Contabilidade consiste em assegurar o controle do patrimônio e fornecer informações sobre sua posição e suas variações. Assim, têm-se dois ramos da Contabilidade que merecem destaque, quais sejam: 1) Contabilidade Financeira; e, 2) Contabilidade Gerencial.

Sobre a Contabilidade Financeira, Crepaldi (2004) observa que esta consiste no processo de elaboração de demonstrativos financeiros para o público externo da organização (credores, acionistas e autoridades governamentais). Portanto, concede informações para terceiros. Suas informações servem de matéria-prima para a Contabilidade Gerencial.

Jiambalvo (2009) afirma que a Contabilidade Financeira tem como foco conceitos e procedimentos importantes na preparação de relatórios para os usuários internos. Logo, a Contabilidade Gerencial proporciona uma análise das Demonstrações Contábeis, que têm por objetivo gerar informações uteis capazes de auxiliar na tomada de decisão.

Em face do exposto, o presente estudo buscou responder ao seguinte questionamento: em que medida a elaboração e análise das Demonstrações Contábeis são determinantes para o desempenho das MEPs?

Assim, a pesquisa em questão teve por objetivo apresentar a importância das Demonstrações Contábeis e suas interpretações através de indicadores para a tomada de decisão nas Micro e Pequenas Empresas (MPE).

Como objetivos específicos têm-se:

- Informar as formas de utilização mais comuns das demonstrações contábeis;
- Demonstrar os principais documentos contábeis, bem como sua estruturação;
- Analisar quais os parâmetros primordiais para a gestão das MPE que dependem das Demonstrações Contábeis e que resultados pode trazer ao cotidiano; e
- Efetuar estudo de caso para levantamento do conhecimento e das necessidades empresariais quanto à utilização dos instrumentos contábeis no desempenho das atividades das MEPs.

O presente estudo foi estruturado em cinco tópicos, incluindo-se a introdução que se seguiu. Neste sentido, a segunda seção tratou da literatura de suporte ao estudo; a terceira seção levantou os aspectos referentes à metodologia da pesquisa

desenvolvida; a quarta seção apresentou os resultados alcançados; e, a quinta seção tratou da exposição dos argumentos conclusivos.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Contabilidade Financeira *versus* Contabilidade Gerencial**

Crepaldi (2004) observa que a Contabilidade é uma prática essencial para a vida econômica. Por ser uma Ciência Social, ela possui várias esferas que realizam o estudo do patrimônio com o intuito de mensurar os eventos econômicos visando a tomada de decisão apropriada. Os ramos mais relevantes para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) são: a Contabilidade Financeira; e, a Contabilidade Gerencial.

De acordo com a Deliberação n. 539, de 14 de março de 2008, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Demonstrações Contábeis financeiras têm como objetivo conceder informações sobre a situação patrimonial e financeira de uma determinada empresa para seus usuários externos. Logo, devem ser preparadas e apresentadas visando atender as necessidades comuns dos mesmos, permitindo, assim, as avaliações e tomadas de decisões econômicas adequadas.

Já a Contabilidade Gerencial é utilizada como um instrumento de gestão, não sendo obrigatória como a Financeira. Tem como foco o usuário interno, ou seja, os gestores da organização. Seu objetivo é prover informações para que os administradores tomem decisões em tempo hábil; é um processo relacionado às operações de controle e planejamento, tendo seu foco em decisões que influenciarão a entidade no futuro com ênfase na sua relevância para a empresa, e não com o intuito de ser algo objetivo que visa verificar os fatos, como se dá, por exemplo, na Contabilidade Financeira (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013).

Padoveze (2010) caracterizou a Contabilidade Gerencial como a seção da ciência contábil que reunirá as informações necessárias para a administração de uma entidade, incluindo as informações advindas da Contabilidade Financeira, apontando que é uma prática necessária para todas as empresas. Aquele autor asseverou que não existe um modelo padrão para a confecção dos relatórios, e que os mesmos devem ser adaptados para atender o perfil de cada usuário.

Garrison, Noreen e Brewer (2013) explicam que por não ser uma prática obrigatória para as empresas, a Contabilidade Gerencial não segue uma regra, não

necessitando a adoção dos padrões exigidos pelo fisco, permitindo alguma flexibilização. Os dados comumente utilizados variam de acordo com os segmentos, mas, basicamente, são de custos, receitas e lucros, dependendo da área de atuação e do porte da empresa, perfis de clientes, dados geográficos e questões internas – a estrutura da empresa é uma informação considerada como material para a realização de sua gestão.

## **2.2 Micro e Pequenas Empresas**

O enquadramento das MPEs está definido na Lei Complementar (LC) n. 123, de 14 de dezembro de 2006, mais conhecida como Lei Geral. Tal ditame fez uso da receita bruta das empresas como critério para a uniformização dos conceitos de MPE e instituiu o Simples Nacional – um regime tributário específico para os pequenos negócios (SEBRAE, 2018).

As Microempresas (ME) foram definidas como aquelas de receita bruta de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) por ano calendário, podendo ser de sociedade empresária ou simples, empresa individual de responsabilidade limitada ou empresário, desde que haja registro nos devidos órgãos competentes. Já quando a receita bruta anual estiver entre R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), a sociedade será classificada como Empresa de Pequeno Porte (EPP) (SEBRAE, 2018).

A Lei Geral criou também a categoria de Microempreendedor Individual (MEI), representado pelo pequeno empresário que trabalha por conta própria, podendo auferir até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil, reais) de receita bruta por ano desde que opte pelo Simples Nacional (SEBRAE, 2018).

O Simples Nacional permitiu a simplificação dos cálculos do montante devido e a redução da carga de impostos a serem pagos, sendo suas principais características:

- Ser facultativo;
- Ser irretratável para todo o ano-calendário;
- Abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP);
- Recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação - DAS;

- Disponibilização às ME/EPP de sistema eletrônico para a realização do cálculo do valor mensal devido, geração do DAS e, a partir de janeiro de 2012, para constituição do crédito tributário;
- Apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais;
- Prazo para recolhimento do DAS até o dia 20 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;
- Possibilidade de os Estados adotarem sublimites para EPP em função da respectiva participação no PIB. Os estabelecimentos localizados nesses Estados cuja receita bruta total extrapolar o respectivo sublimite deverão recolher o ICMS e o ISS diretamente ao Estado ou ao Município (BRASIL, 2018).

Tal modalidade tributária somente pode ser utilizada para as empresas que se enquadram na classificação determinada na LC n. 123/2006: as MPEs, que hoje representam o maior percentual de negócios no Brasil.

Em 2012, segundo Bedê (2016), as MPEs representavam 99% dos estabelecimentos do Brasil. E no ano de 2011, foi registrado que as MPEs foram responsáveis por uma parcela correspondente a 27% do Produto Interno Bruto (PIB).

A taxa de sobrevivência das empresas nacionais passou de 54,2% para 76,6% no período 2008-2012, de acordo com último estudo de Sobrevivência das Empresas no Brasil, realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (BEDE, 2016), sendo que quando individualizadas por porte, as taxas de MEI e EPPs são relativamente maiores que as porcentagens de sobrevivência das MEs, resultando em uma elevação da taxa de sobrevivência geral outrora apresentada.

Em dezembro de 2017, o SEBRAE registrou que 51% dos pequenos negócios estão situados na região Sudeste, seguida da região Nordeste, com 18%, e da região Sul, com 17%; e, as regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram 8% e 5%, respectivamente (FONSECA, 2017). Constatou-se ainda que a maior concentração desses tipos de empresa se dá no ramo do comércio, com 40%, acompanhado das empresas de prestação de serviço, que representam 38% dessa concentração; a indústria representa 13%, a construção civil, 8%, e a agropecuária, 1% do total (FONSECA, 2017).

### **2.3 A Contabilidade Financeira das Micro e Pequenas Empresas**

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, por meio da Resolução n. 1.418, de 05 de dezembro de 2012, a ITG 1000 – Modelo Contábil para



Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – norma que trata de todos os procedimentos contábeis que devem ser realizados nas MPEs, incluindo modelos a serem seguidos para a apresentação das demonstrações contábeis e um plano de contas simplificado (BRASIL, 2012) (vide Anexos A e B).

Consequentemente, Marion (2017) afirma que as demonstrações precisam ser elaboradas de acordo com a escrituração contábil oficial e fundamentada em determinações legais e oficiais.

Tal diretriz aponta três demonstrações de elaboração obrigatória ao final de cada exercício social, quais sejam: 1) Balanço Patrimonial (BP); 2) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); e, 3) Notas Explicativas (NEs), e com base em quais critérios devem-se elaborar as mesmas. O conjunto completo dos demonstrativos não é exigido; porém, é uma prática recomendada pelo CFC (BRASIL, 2012).

Martins et al. (2013) caracterizam o BP como sendo a demonstração que tem como objetivo apresentar a posição tanto patrimonial quanto financeira da empresa em uma data específica. Para aqueles autores, no ativo serão alocados os recursos controlados pela entidade, dos quais se espera a obtenção de benefícios; no passivo estarão as exigibilidades e obrigações; e, por fim, o patrimônio líquido representa o valor líquido da empresa, sendo calculado pela diferença entre os ativos e passivos.

Martins, Miranda e Diniz (2014) comparam o BP com uma foto, pois, é ele que permitirá a visualização da situação financeira e patrimonial da empresa em um determinado momento estático, expondo seus ativos – representados por seus bens e direitos –, passivos – as obrigações com terceiros – e patrimônio líquido – recursos próprios da empresa.

Outro ponto importante relacionado ao BP é a ordem em que as contas são apresentadas – regra que é de suma importância para a leitura e análise adequadas desse demonstrativo. As contas do ativo devem ser posicionadas em ordem decrescente de liquidez, ou seja, as primeiras contas exibidas são aquelas que podem ser convertidas mais rapidamente em moeda. Já no passivo, a classificação se dá por prioridade de pagamento, ou seja, as contas iniciais são aquelas que devem ser pagas prontamente (MARTINS et al., 2013).

A DRE é um demonstrativo elaborado em conjunto com o BP. Ela sintetizará as transações financeiras com base no regime de competência, contrapondo as receitas e despesas, a fim de constatar se aquela entidade auferiu lucro ou prejuízo em determinado exercício.

Sobre a DRE, Silva (2014, p. 49) assevera que “A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverá evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade”. Portanto, será responsável por medir o desempenho financeiro, sendo de suma importância até para as menores empresas, considerada como uma das demonstrações obrigatórias para todas as empresas.

Martins et al. (2013) destacam a DRE como sendo a síntese das transações realizadas pela entidade, demonstradas de modo que o resultado líquido daquele período fique evidenciado, com a inclusão das receitas e despesas realizadas.

O art. 187 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades por Ações –, que também se aplica, nesse caso, às MPEs, trata de três pontos fundamentais para a confecção da DRE, *in verbis*:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:  
I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;  
II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;  
III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;  
[...].

Outra demonstração obrigatória são as Notas Explicativas, que complementarão os demonstrativos supramencionados. Elas apresentam informações que não se fazem presentes no BP e na DRE, mas que são relevantes para o encerramento do exercício, inclusive, quais premissas foram utilizadas para a elaboração das demonstrações citadas anteriormente.

Outra demonstração relevante para a contabilidade das MPEs é a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (vide Anexo C), que mesmo não sendo exigida pela ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sua confecção é incentivada pelo CFC.

A DFC é a responsável por apresentar as movimentações das disponibilidades ocorridas em um determinado intervalo de tempo. Neste sentido, ela é de extrema relevância para todas as empresas, sendo o único demonstrativo elaborado com base no regime de caixa. Em sua estrutura, os fluxos de entrada e saída são divididos em três categorias com base na natureza das atividades, a saber: 1) Operacional; 2) Investimento; e, 3) Financiamento (MARTINS et al., 2013).

Tais Demonstrações Contábeis, além de alimentar a Contabilidade Financeira, servirão de insumo para a Contabilidade Gerencial, pois, a partir daí será possível estabelecer a posição da empresa e traçar os respectivos panoramas necessários para projeções, definição de metas e acompanhamento dos resultados.

Garrison, Noreen e Brewer (2013) destacam que as demonstrações financeiras são históricas, ou seja, se remetem ao que ocorreu no passado. Entretanto, grande parte dos usuários das informações tem interesse em saber o que acontecerá no futuro, sendo os gestores uma parcela dos principais interessados.

## **2.4 A Contabilidade Gerencial das Micro e Pequenas Empresas**

Segundo Correa *et al.* (2016), a Contabilidade Gerencial não é utilizada com muita frequência nas MPEs. Os proprietários destas se atentam somente às suas obrigações com o fisco, negligenciando o caráter gerencial das informações produzidas pela Contabilidade.

Crepaldi (2004, p. 20) assim definiu a Contabilidade Gerencial:

[...] o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.

As Demonstrações Contábeis consistem em um importante instrumento de gestão e, devido às mudanças e ao aumento na competitividade entre as empresas brasileiras, fez-se necessária a adoção de técnicas de gestão mais especializadas.

Através da Análise das Demonstrações Contábeis, é possível avaliar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial da empresa, quanto aos períodos passados, confrontando-o ou não com metas ou diretrizes preestabelecidas. É possível ainda realizar comparações com as tendências regionais ou dos segmentos onde a empresa esteja inserida, determinando também as perspectivas futuras de rentabilidade ou continuidade dos negócios, possibilitando aos gestores tomarem decisões de financiamento e investimento, bem como implementarem mudanças de práticas, caso as tendências projetadas sinalizem um cenário não condizente com as políticas até então estabelecidas, ou até mesmo subsidiar o estabelecimento de novos rumos (SILVA, 2014, p. 6).

Contudo, as informações necessitam ser filtradas, de modo que sejam utilizadas somente aquelas que detenham um conteúdo útil (JONES; GEORGE, 2008).

Jones e George (2008) apontam que os gestores não podem organizar, planejar, liderar e controlar de forma efetiva caso não possuam acesso à informação; porém, o excesso de informações pode representar um empecilho no momento da seleção dos dados pertinentes para o objetivo visado.

Por conseguinte, Marion (2013) assevera que a Contabilidade Gerencial tem por finalidade suprir empregados, gestores e executivos de informações que possam auxiliar na tomada de decisão, visando a redução de custos, o aumento da eficiência nos processos produtivos e a melhoria da qualidade do produto ou serviços.

Mesmo que algumas MPEs não queiram investir em um sistema de Contabilidade Gerencial, é possível realizar algumas medidas simples e cotidianas para inseri-las no labor empresarial diário. Neste sentido, a DRE mostra-se como um instrumento eficaz de gestão, pois permite que o gestor identifique certos aspectos que podem estar prejudicando a empresa em alguns pontos (gastos excessivos em algumas áreas, por exemplo).

O BP também pode ser utilizado para fins gerenciais. Aqui se tem a apresentação dos saldos de todas as contas patrimoniais, sendo possível analisar a forma como a entidade está alocando seus recursos e realizar uma série de modificações que visem o benefício da empresa.

Segundo Bazzi (2015), o BP consiste na peça contábil por excelência, pois retrata todo o resultado das operações e transações. E a estrutura do balanço mostra-se como um retrato ou imagem congelada da empresa em determinado momento. Mas, na análise do balanço não se deve ater à própria demonstração ou limitar-se à análise de um único item.

A DFC pode consistir em um ótimo instrumento gerencial, por ser realizada em regime de caixa, permitindo que o gestor tenha uma ampla visão das entradas e saídas efetivas do caixa da empresa, possibilitando uma melhor administração dos recursos existentes em caixa.

Martins et al. (2013, p. 651) apontam como um dos principais benefícios da DFC a “capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa”, trazendo, assim, informações essenciais para o gerenciamento de uma entidade.

Crepaldi (2004) destaca que o contador gerencial deve transcender a barreira da informação contábil, a fim de ser proativo no fornecimento de dados apropriados para sua equipe administrativa, sobre as questões empresariais mais desenvolvidas.

Além disso, na visão de Braga (1999), as demonstrações são de grande valia, desde que o analista esteja consciente de seu significado para que consiga elaborar conclusões e emitir opiniões. Neste sentido, quanto maior for o conhecimento do analista a respeito da empresa, mais segura será a análise.

#### **2.4.1 Interpretações contábeis de análises e indicadores**

Garrison, Noreen e Brewer (2013) apresentam duas análises básicas que podem ser utilizadas em qualquer tipo de empresa, quais sejam: 1) Horizontal; e, 2) Vertical. Ambas podem ser utilizadas para questões gerenciais, voltadas para o planejamento estratégico da entidade.

A análise horizontal – também conhecida como análise de tendências – consiste em comparar lado a lado as demonstrações financeiras de dois ou mais anos, permitindo calcular variações em moeda ou em pontos percentuais de um ano para o outro. Ao se utilizar uma linha do tempo maior, é possível criar percentuais de tendência, que consiste em selecionar um ano base e realizar o confronto dos dois valores, de modo que o segundo sempre será um percentual do ano base (MARTINS et al., 2013).

Já a análise vertical – ou demonstrações *common-size* – tem por norte explorar a relação das contas em um determinado ponto temporal específico. Cada conta será expressa como um percentual de outra. No caso da DRE, por exemplo, geralmente a porcentagem é calculada com base nas vendas do período. E no que tange ao BP, o cálculo se dá com o total dos ativos (MARTINS et al., 2013).

A Contabilidade Gerencial também sugere alguns índices que são considerados relevantes para uma boa gestão das MPEs, complementando as análises supramencionadas, pois possuem fórmulas simples com variáveis encontradas em todos os tipos de empresa. Tais índices são: a) Giro de contas a receber; b) Prazo médio de recebimento; C) Giro de estoques; e, d) Prazo médio de vendas.

O giro de contas a receber é calculado pela razão das vendas a prazo pelo saldo médio das contas a receber. É ele que medirá com qual rapidez as vendas a

crédito estão sendo transformadas em caixa. O prazo médio de recebimento é um complemento da medida anterior, pois, é calculado pela divisão de 365 dias pelo giro das contas a receber, chegando, assim, ao número médio de dias para o recebimento de determinada quantia (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013).

O cálculo do prazo médio de recebimento também pode ser assim realizado: duplicatas a receber multiplicadas por 360 dias divididas pela receita operacional bruta (PADOVEZE, 2010).

O giro dos estoques e o prazo médio de venda também são índices complementares. O primeiro é calculado dividindo-se os custos dos produtos vendidos pela média do saldo dos estoques (estoque inicial + estoque final / 2). Seu resultado será a quantidade de vezes que o estoque foi vendido e substituído durante aquele ano. O prazo médio segue a mesma lógica do prazo médio de recebimento, sendo calculado pela razão de 365 dias sobre o giro dos estoques, e o seu resultado representará o tempo médio, em dias, de venda daquele produto (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013).

Padoveze (2010) também tratou do giro dos estoques, propondo, porém, uma fórmula diferente para a realização desses cálculos. Assim, o giro dos estoques pode ser obtido pela divisão dos custos das mercadorias vendidas pelo valor nos estoques. Já o prazo médio de vendas, aquele autor denominou de prazo médio de estocagem, sendo calculado pela razão dos estoques multiplicados por 360 dias pelo custo das mercadorias vendidas. Além disso, recomendou a realização de uma análise geral que una as verticais e horizontais somadas a esses índices com o objetivo de observar os aspectos positivos e negativos de uma empresa.

Tais análises e índices aqui apresentados apontam que as MPEs podem sim ter uma Contabilidade Gerencial, mesmo que simplificada, que auxilie os seus gestores a tomarem decisões mais oportunas, melhorando a eficiência e a competitividade da entidade.

### **3 METODOLOGIA**

Nesta seção tem-se a descrição da metodologia aplicada ao presente estudo. De acordo com Acevedo e Nohara (2013), em ciência, explicar consiste em compreender como um fenômeno se comporta diante do seu nascimento,

desenvolvimento e como ele é afetado conforme as transformações do meio que se insere.

Para explicar um fato, segundo Acevedo e Nohara (2013), faz-se importante determinar como o fenômeno se relaciona com outro. Assim, a presente pesquisa realizou um estudo bibliográfico que, de acordo com Martins e Lintz (2013), busca esclarecer e debater um tema ou problema com base em referenciais teóricos publicadas em livros, revistas, periódicos e outros meios de comunicação, com o intuito de demonstrar a importância das Demonstrações Contábeis para a tomada de decisão nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs), visando diminuir sua mortalidade precoce.

Além disso, em busca de melhor conhecer a temática supramencionada, fez-se um estudo de caso, tendo vista que, de acordo com Martins e Lintz (2013), trata-se de uma técnica de pesquisa cujo objetivo consiste em estudar uma unidade visando aprofundar e compreender o fenômeno em seus próprios termos.

Aqueles autores consolidam que o estudo de caso consiste em uma investigação empírica, com o objetivo de entender o fenômeno dentro de seu contexto real. Além disso, o estudo aqui proposto proporcionou um levantamento do conhecimento e das necessidades empresariais quanto à utilização dos instrumentos contábeis no desempenho das atividades das MPEs.

Por fim, empregou-se um questionário contendo sete questões, que foram aplicadas nas MEPs localizadas na Rua 6 da Região Administrativa de Vicente Pires, Distrito Federal. Neste sentido, 26 empresas participaram do estudo, sendo que outras cinco não possuíam interesse em participar. Destas, 22 estão enquadradas como Microempresas (MEs), e 4 como Empresas de Pequeno Porte (EPPs).

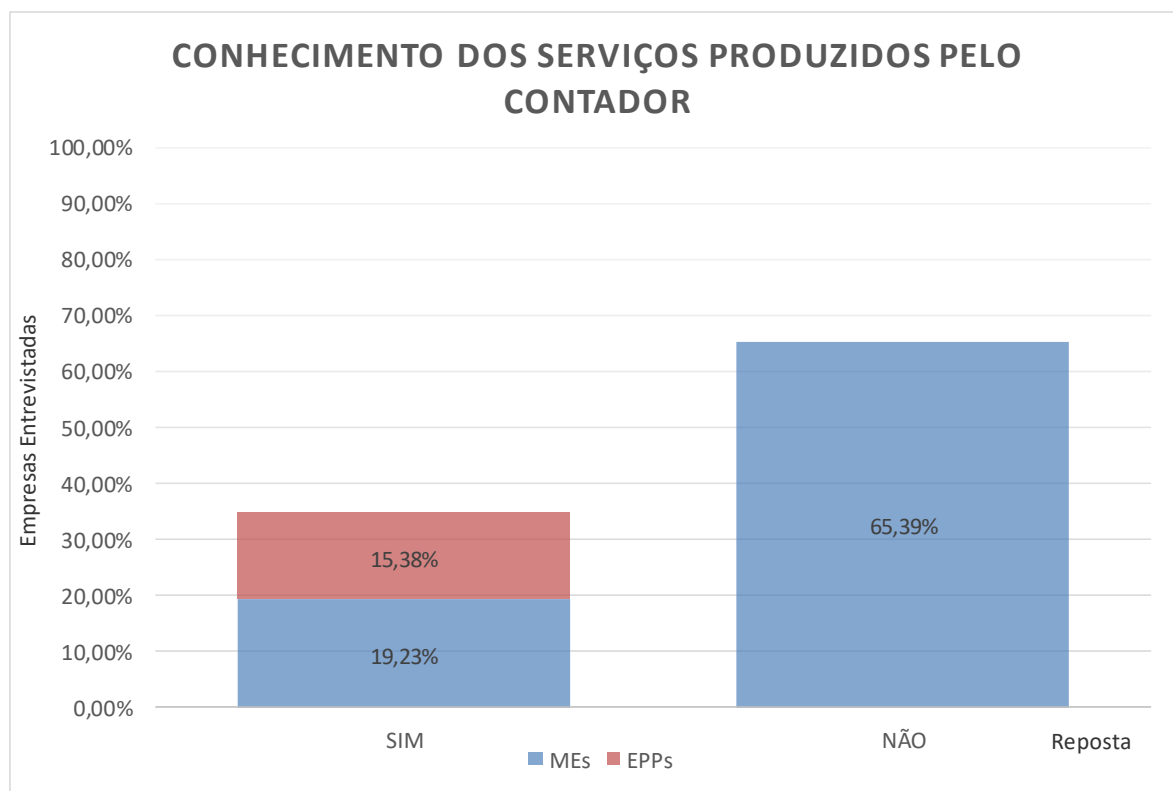
Na análise dos resultados foram utilizadas técnicas estatísticas para facilitar o entendimento na elaboração da análise do estudo.

## **4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

### **4.1 Questão 1**

**QUESTÃO 1:** Você tem conhecimento dos serviços que são produzidos por seu contador, para você, documentalmente?

Gráfico 1 – Conhecimento dos serviços produzidos pelo contador.



Fonte: Elaboração própria.

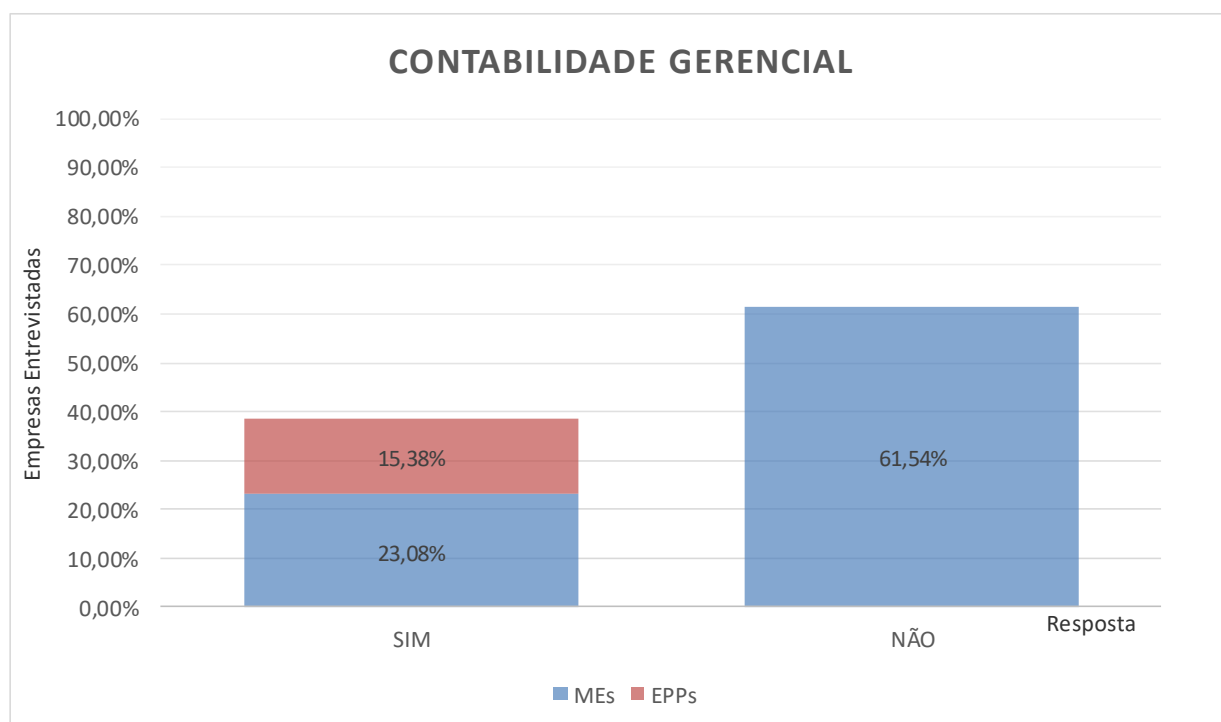
Na presente pesquisa, das empresas entrevistadas, 34,61% possuem conhecimento sobre os serviços contábeis produzidos, sendo que 19,23% destas são Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e 15,38% são Microempresas (MEs). Por conseguinte, 65,39% das empresas analisadas não estão cientes do conteúdo contábil produzido documentalmente, sendo todas MEs. Portanto, as empresas que não possuem conhecimento do trabalho produzido expõem o conceito antigo de que a Contabilidade serve apenas como instrumento de liquidação das obrigações junto ao Estado.

## 4.2 Questão 2

**QUESTÃO 2:** Possui algum conhecimento sobre Contabilidade Gerencial?

Gráfico 2 – Contabilidade gerencial.





Fonte: Elaboração própria.

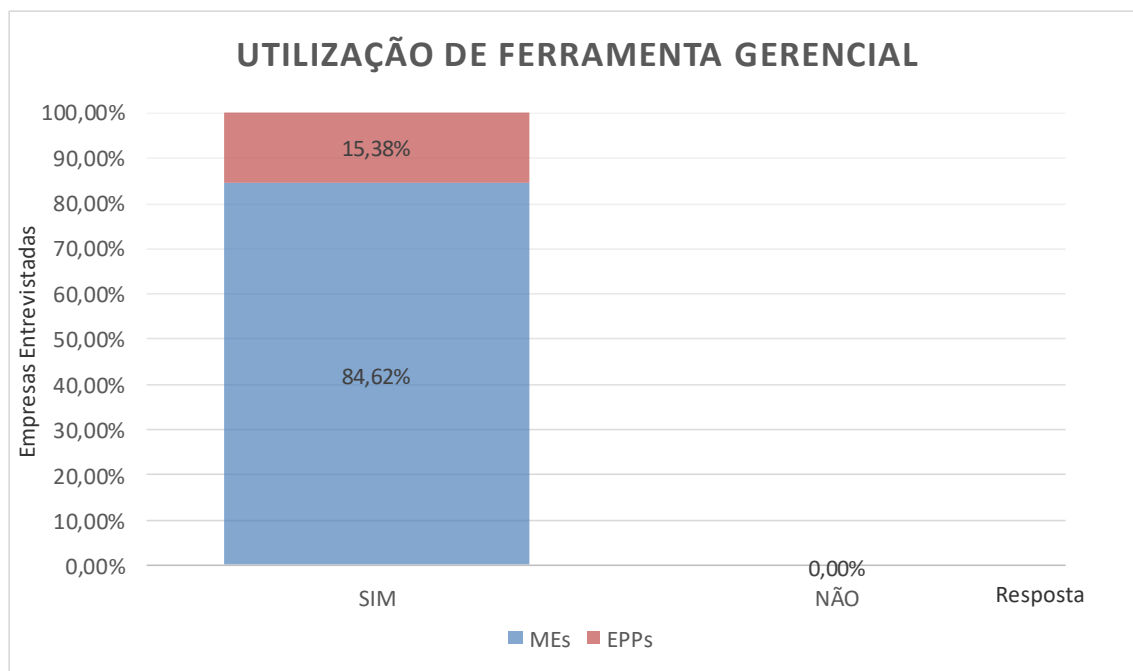
Na presente pesquisa, das empresas entrevistadas, 38,46% detêm conhecimento acerca de Contabilidade Gerencial e 61,54%, todas MEs, não possuem compreensão sobre o assunto. Além disso, dos estabelecimentos detentores de clareza sobre Contabilidade Gerencial, 15,38% são EPPs e 23,08% são MEs.

De acordo com Crepaldi (2004), diante das limitações de recursos, tem-se a necessidade de escolher as alternativas mais rentáveis, sendo os dados contábeis instrumentos de reconhecimento das melhores opções. Assim, somente 38,46% das empresas aqui analisadas evidenciam a Contabilidade Gerencial como importante instrumento de gestão, auxiliando os gestores nas tomadas de decisões, diminuindo a possibilidade de utilização de recursos de forma equivocada.

### 4.3 Questão 3

QUESTÃO 3: Sua empresa faz uso de alguma ferramenta gerencial? Se sim, quais?

Gráfico 3 – Utilização de ferramenta gerencial.



Fonte: Elaboração própria.

O presente estudo demonstrou que 100% das empresas analisadas possuem algum Sistema de Gestão, *Marktp*, *VHSYS*, *Suas Vendas*, entre outros. Além disso, 69,23% das MEs articularam que fazem uso no confronto de receita e despesas anotações efetuadas em cadernos como principal instrumento gerencial.

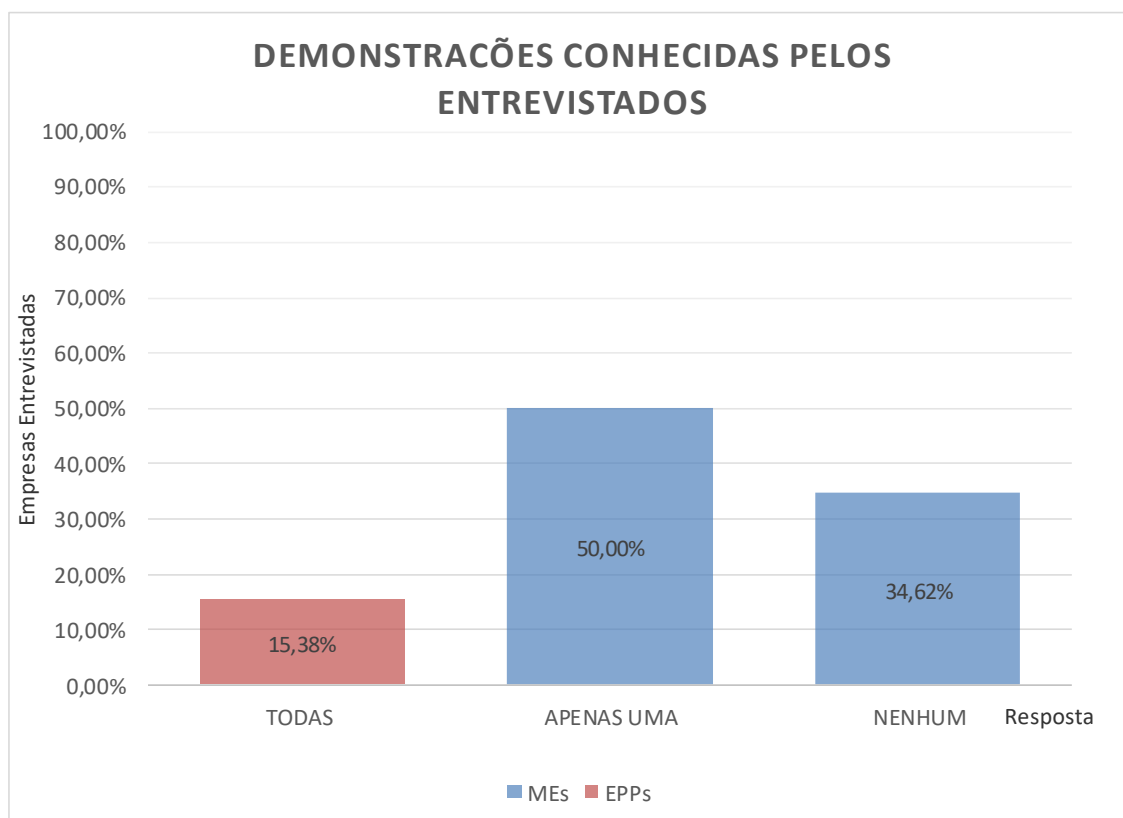
Portanto, 61,54% das empresas aqui analisadas não detém compreensão sobre o assunto Contabilidade Gerencial; ou seja, mesmo que o conceito de Contabilidade Gerencial seja imaturo, de modo inconsciente, todas as empresas fazem uso de algum instrumento gerencial com o intuito de fornecer informações indicadas pelas Demonstrações Contábeis.

#### 4.4 Questão 4

QUESTÃO 4: Sobre as seguintes Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Resultado do

Exercício (DRE), Notas Explicativas (NEs), outras ou nenhuma das demonstrações, quais possui algum conhecimento?

Gráfico 4 – Demonstrações conhecidas pelos entrevistados.



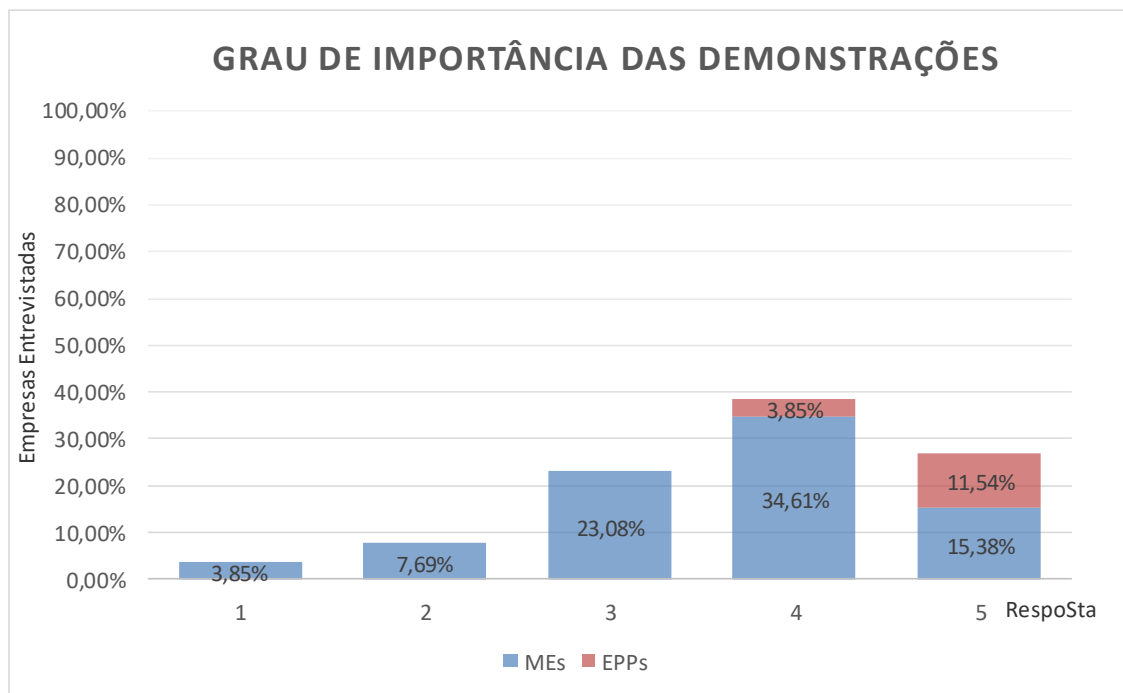
Fonte: Elaboração própria.

O presente estudo demonstrou como as demonstrações – BP, DRE, NEs e DFC – possuem competência no auxílio de decisões. Neste sentido, apenas 15,38% das empresas analisadas, sendo todas EPPs, detém conhecimento pertinente a todas as Demonstrações Contábeis em questão. Entretanto, 34,62% dispõem de nenhum conhecimento a respeito das Demonstrações Contábeis. Além disso, 50,00% das MEs, que detém conhecimento, anunciaram lucidez apenas de uma Demonstração Contábil, apontando certa falta de destreza no assunto.

#### 4.5 Questão 5

QUESTÃO 5: De 0 a 5, sendo 5 a nota máxima, qual a importância das Demonstrações Contábeis para a sua empresa?

Gráfico 5 – Grau de importância das demonstrações.



Fonte: Elaboração própria.

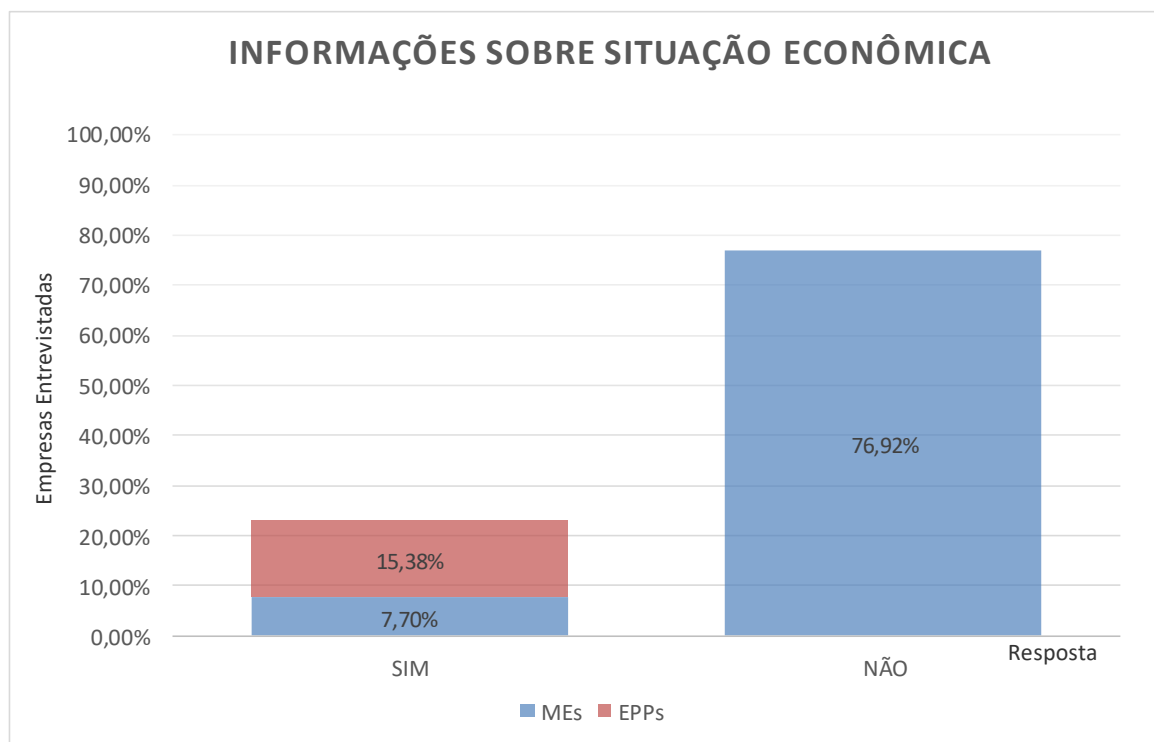
Sendo 5 a nota máxima atribuída pelas empresas que admitiram maior importância das demonstrações contábeis, o presente estudo apontou que 3,85% das empresas analisadas atribuíram nota 1, enquanto 7,69% nota 2, 23,08% nota 3, 38,46% nota 4 e 26,92% nota 5. Ademais, as empresas que atribuíram notas 1, 2 e 3 são MEs, e aquelas que tiveram nota 4 e 5, 15,39%, são EPPs.

Portanto, foi possível perceber que 49,99% das MEs qualificam as Demonstrações Contábeis com alto nível importância para sua empresa atribuindo notas entre 4 e 5. Entretanto, 50% das MEs entrevistadas apresentam conhecimento somente de uma demonstração, enquanto 34,62% não conhecem nenhuma, concluindo-se que os entrevistados admitem a importância das Demonstrações Contábeis, mas não possuem o conhecimento sobre as mesmas.

#### 4.6 Questão 6

**QUESTÃO 6:** Você e sua empresa obtém, periodicamente, informações sobre andamento de faturamento, giro de estoque, grau de endividamento ou qualquer outro informativo que auxilie na tomada de decisão?

Gráfico 6 – Informações sobre a situação econômica.



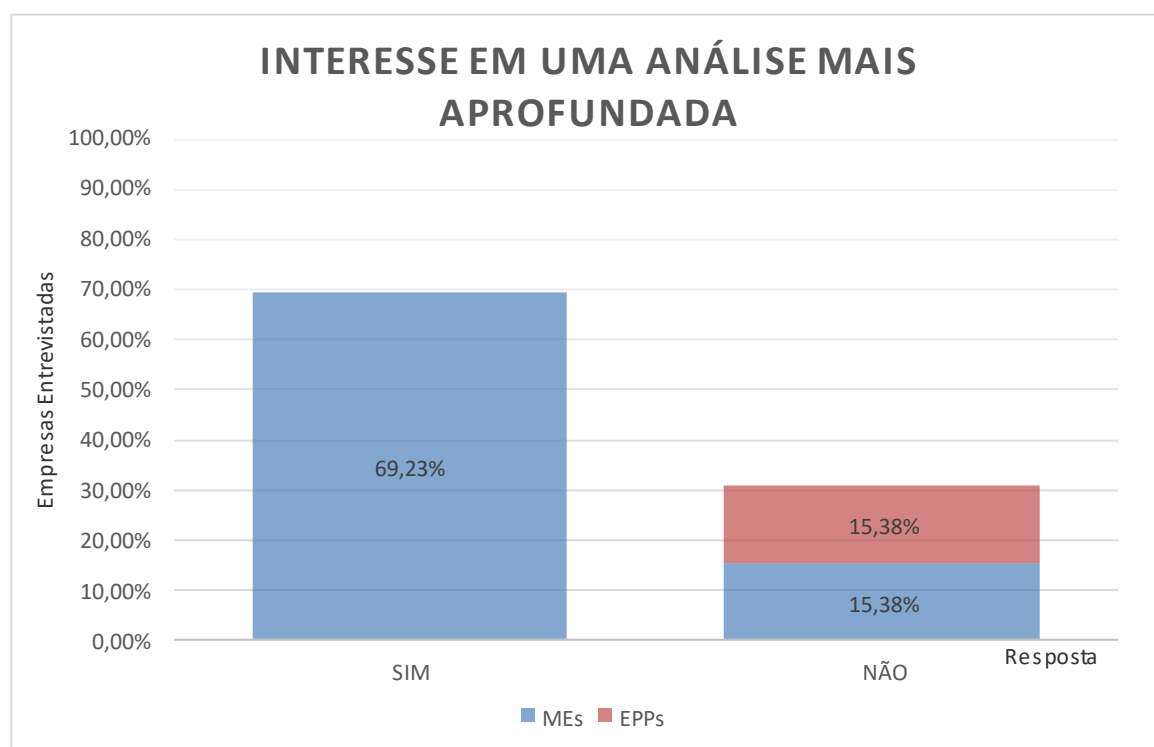
Fonte: Elaboração própria.

Na presente pesquisa, apenas 23,08% das empresas possuem informações sobre faturamento, giro de estoque, grau de endividamento ou qualquer outro informativo, sendo que 15,38% das empresas detentoras de tais informações são EPPs, enquanto 7,7% são MEs. Além disso, 76,92% das empresas aqui analisadas não recebem nenhum tipo de informação, estando todas enquadradas como MEs.

#### 4.7 Questão 7

**QUESTÃO 7:** No caso de uma análise mais circunstanciada e aprofundada sobre a sua empresa, estaria disposto a contratar alguém ou alguma empresa que acompanhasse o processo e produzisse as informações e relatórios necessários? Se sim, quais informações espera desse serviço?

Gráfico 7 – Interesse em uma análise mais aprofundada.

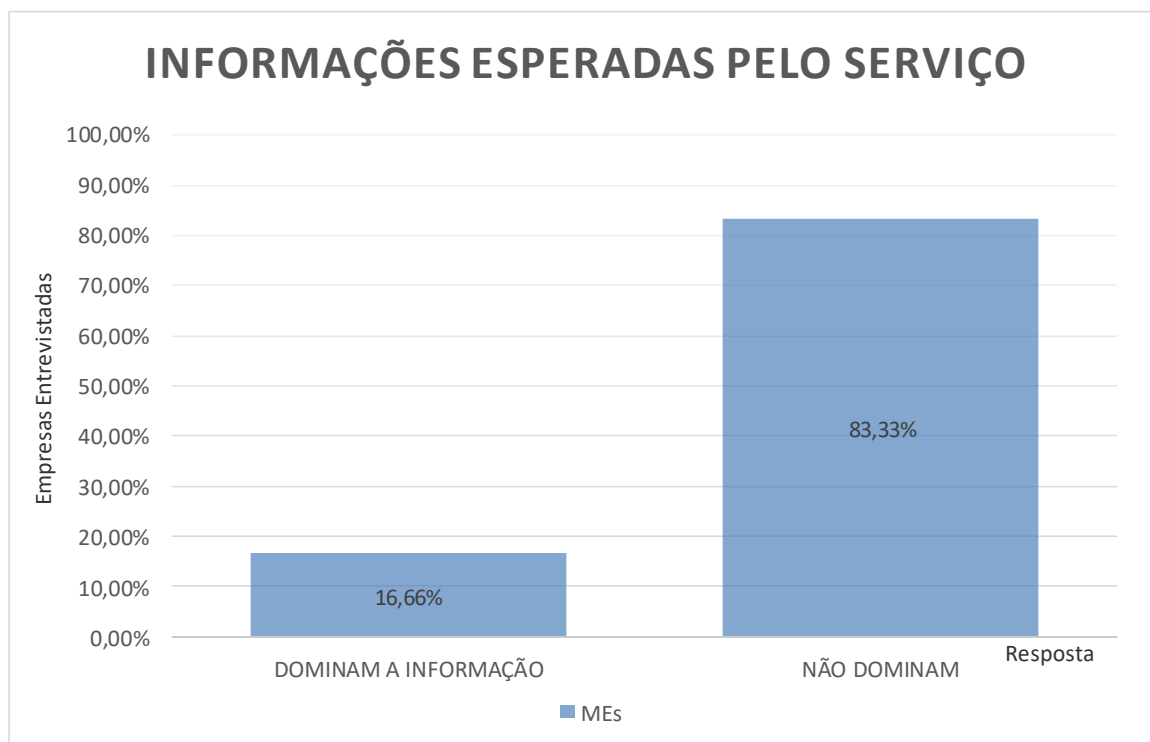


Fonte: Elaboração própria.

No caso de uma análise mais circunstanciada e aprofundada, a presente pesquisa identificou que 30,77% das empresas analisadas não possuem interesse em contratar uma empresa com esses serviços. Entretanto, 69,23% apresentaram interesse em receber esse tipo de informação mais aprofundada; mas, de acordo com a Questão 1, 65,39% das empresas não dispõem do conhecimento produzido pelo contador.

Aqui vale recordar que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, por meio da Resolução n. 1.418, de 05 de dezembro de 2012, a ITG 1000 – modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – norma que trata de todos os procedimentos contábeis que devem ser realizados nas MPEs, incluindo modelos a serem seguidos pela Contabilidade, evidenciando o BP e a DRE.

Gráfico 8 – Informações esperadas pelo serviço.



Fonte: Elaboração própria.

Na presente pesquisa, das MEs que responderam positivamente a questão 7, apenas 16,66% que dispõem interesse conheciam quais informações gostariam de receber. Além disso, 83,33% das empresas que dispuseram interesse em receber informações mais detalhadas não compreendiam quais informações gostariam de receber desse serviço. Assim, tais empresas demonstraram não possuírem pleno conhecimento das Demonstrações Contábeis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE 2016) aponta o acompanhamento das receitas e despesas como fator provedor da mortalidade precoce nas Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs).

Neste sentido, tendo como objetivo demonstrar a importância das Demonstrações Contábeis e suas interpretações, através de indicadores que acordem na tomada de decisão nas empresas, a presente pesquisa teve por norte conhecer as formas de utilização mais comuns das referidas demonstrações, bem como seus principais documentos e sua estruturação, além de analisar seus parâmetros primordiais, demonstrando os resultados que elas podem trazer para o cotidiano das MEs e EPPs.

A Contabilidade Financeira tem o intuito de apresentar o controle do patrimônio da entidade para o usuário externo, através das demonstrações contábeis Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Notas Explicativas (NEs) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Além disso, também serve de objeto para a Contabilidade Gerencial, pois, a partir das informações levantadas pela Contabilidade Financeira, poderá delinear os respectivos panoramas necessários para conceber projeções, definir metas e acompanhar os resultados, ou seja, auxiliar o gestor na tomada de decisão.

A fim de identificar em que medida a elaboração e a análise das Demonstrações Contábeis são determinantes para o desempenho das MEs e EPPs, buscou-se aqui aferir o conhecimento e as necessidades empresariais quanto à utilização dos instrumentos contábeis no desempenho das atividades das empresas.

Por conseguinte, fez-se um estudo junto à 26 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MEPs) localizadas na Rua 6 da Região Administrativa de Vicente Pires do Distrito Federal. Destas, 65,39% não conhecem os serviços produzidos pela Contabilidade e 61,54% não possuem conhecimento sobre Contabilidade Gerencial, sendo todas enquadradas como MEs, concluindo-se um pensamento antigo a respeito da Contabilidade: um instrumento de liquidação de obrigações com o Estado.

Entretanto, mesmo que 61,54% não detenham do conhecimento a respeito do conceito de Contabilidade Gerencial, 100% das empresas possuem algum instrumento gerencial, mesmo que primitivo (um caderno, por exemplo). Assim, de forma involuntária todos os empresários utilizam a contabilidade gerencial como instrumento de gestão.

E ainda, diante do exposto, apenas 15,38% das empresas aqui analisadas, sendo todas EPPs, dominam inteiramente as demonstrações (BP, DRE, NEs e DFC). Além disso, em relação às MEs, apenas 50% dispõem do conhecimento de



apenas uma Demonstração Contábil, e 34,62%, de nenhuma. Por conseguinte, 49,99% das MEs que atribuíram nota máxima, entre 4 e 5, na questão 7, evidenciarão que os empresários admitem a importância das demonstrações. Contudo, detém de um conhecimento supérfluo a respeito do assunto, não atribuindo a devida atenção aos benefícios das demonstrações.

As Demonstrações Contábeis têm por finalidade suprir as necessidades dos gestores, com o intuito de aumentar sua produtividade, diminuindo a capacidade da empresa de mortalidade precoce. Além disso, oferece como resultado a possibilidade de o gestor elaborar decisões com menores riscos e melhores resultados.

O presente estudo proporcionou uma aptidão maior das EPPs nas Demonstrações Contábeis, podendo, assim, fazer uso dos benefícios da Contabilidade Gerencial, enquanto nas MEs foi identificado um baixo grau de conhecimento da Contabilidade Gerencial e, conseqüentemente, um entendimento leigo a respeito do tema “Demonstrações Contábeis”.

Portanto, conclui-se que grande parte das MPEs não detém do conhecimento das informações produzidas pela Contabilidade. E ainda, grande parte não faz uso das Demonstrações Contábeis como instrumento de gestão. Entretanto, 69,26% das empresas possuíram interesse em obter um conhecimento maior a respeito de Contabilidade, proporcionando a possibilidade de desenvolvimento sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Como fazer monografias: TCC, dissertações e teses**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BAZZI, Samir. **Contabilidade Gerencial: conceitos básicos e aplicação**. 2015. Curitiba: InterSaberes, 2015.

BEDÊ, Marco Aurélio (Coord.). **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2016.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação n. 539, de 14 de março de 2008**. Aprova o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0500/deli539.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n. 1.418, de 05 de dezembro de 2012**. Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/RES\\_1418%20-%2002.07.pdf](http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/RES_1418%20-%2002.07.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5).pdf)>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm)>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis ns. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Simples Nacional:** o que é o Simples Nacional. 2018. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>>. Acesso em: 19 set. 2018.

CORREA, et al. 35 anos de Publicações Acadêmicas da Revista de Administração da USP. **Revista Ambiente Contábil**, UFRN, Natal, v. 8, n. 1, p. 294-322, jan./jun. 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.

FONSECA, Paulo Jorge de Paiva. Os donos de pequenos negócios estão mais otimistas com a economia em 2018. **Boletim Estudos & Pesquisa**, n. 61, p. 3-4, dez. 2017. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/7836.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

JIAMBALVO, James. **Contabilidade Gerencial**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

JONES, Gareth R.; GEORGE, Jennifer M. **Administração contemporânea**. Trad. Maria Lúcia G. L. Rosa. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

\_\_\_\_\_. **Introdução à contabilidade gerencial**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FEA/USP. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

\_\_\_\_\_. MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, Gilberto Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, et al. **Contabilidade Geral**: atualizado pela Lei n. 11.941/09 e pelas Normas do CPC até o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos n. 03/2013. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Lei geral das Micro e Pequenas Empresas**. 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Sobrevivência das empresas no Brasil**: quanto tempo uma empresa é capaz de manter as suas atividades no Brasil? Esse é um indicador importante ao ambiente dos pequenos negócios. Neste assunto são apresentadas as principais causas de mortalidade, o impacto do ambiente externo e taxa de sobrevivência das empresas no Brasil. SEBRAE, 2016. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/#indice>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – Seção São Paulo – SEBRAE-SP. **Panorama dos Pequenos Negócios**. 2018.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das Demonstrações Contábeis**. 4. ed. ampl e atual. conforme Lei n. 11.638/07; Lei n. 11.941/09 e Pronunciamentos do CPC. São Paulo: Atlas, 2014.

## ANEXO A – MODELO DO BALANÇO PATRIMONIAL<sup>1</sup>

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31.12.x1 e 31.12.x0

Expresso em R\$

	31.12.x1	31.12.x0		31.12.x1	31.12.x0
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Contas a Receber			Empréstimos e Financiamentos		
Estoques			Obrigações Fiscais		
Outros Créditos			Obrigações Trabalhistas e Sociais		
			Contas a Pagar		
			Provisões		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a Longo Prazo			Financiamentos		
Investimentos					
Imobilizado			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Intangível			Capital Social		
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas			Reservas de Capital		
			Reservas de Lucros		
			Lucros Acumulados		
			(-) Prejuízos Acumulados		
<b>TOTAL</b>			<b>TOTAL</b>		

<sup>1</sup> Cf. BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n. 1.418, de 05 de dezembro de 2012.** Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/RES\\_1418%20-%202002.07.pdf](http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/RES_1418%20-%202002.07.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2018.

## ANEXO B – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO<sup>2</sup>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO em 31.12.x1 e 31.12.x0

Expresso em R\$

	31.12.x1	31.12.x0
<b>VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS</b>		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
<b>= RECEITA</b>		
<b>(-) CUSTO DAS VENDAS</b>		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços		
<b>= LUCRO BRUTO</b>		
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
<b>= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		
<b>(+/-) RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		

<sup>2</sup> Cf. BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n. 1.418, de 05 de dezembro de 2012.** Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/RES\\_1418%20-%202002.07.pdf](http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/RES_1418%20-%202002.07.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2018.

	31.12.x1	31.12.x0
<b>= RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		
(-) Despesa com Contribuição Social (*)		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (*)		
<b>= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		

(\*) As entidades que estão enquadradas no Simples Nacional devem evidenciar os tributos na linha "Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções". Neste caso, devem desconsiderar essas contas.

### ANEXO C – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO<sup>3</sup>

Demonstração do Resultado do Exercício findo em X1	X1	X0
Receita Bruta (Vendas ou Serviços)		
(-) Deduções da Receita Bruta		
(=) Receita Líquida		
(-) Custo das Mercadorias, Produtos ou Serviços		
(=) Lucro Bruto		
(-) Despesas (Gerais; Administrativas; Vendas);		
(+/-) Receitas (Despesas) com Investimentos, Pessoas Ligadas		
(+/-) Outras Receitas ou Despesas		
(=) Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		
(+/-) Receitas e Despesas Financeiras		
(=) Resultado antes dos Tributos s/Lucros		
(-) Despesas com tributos sobre os Lucros		
(=) Resultado Líquido das Operações Continuadas		
(+/-) Vendas/Custos (Vendas de itens do não circulante) Resultado de Operações Descontinuadas		
(=) Resultado Líquido do Período		

<sup>3</sup> Adaptado de BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5).pdf)>. Acesso em: 19 set. 2018.



## APENDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

Enquadramento:

( ) Microempresa                      ( ) Empresa de Pequeno Porte

1 – Você tem conhecimento dos serviços que são produzidos por seu contador, para você, documentalmente?

( ) Sim                                      ( ) Não

2 – Possui algum conhecimento sobre Contabilidade Gerencial?

( ) Sim                                      ( ) Não

3 – Sua empresa faz uso de alguma ferramenta gerencial?

( ) Sim                                      ( ) Não

Se sim, quais?

---

---

4 – Das principais demonstrações existentes, sobre quais possui algum conhecimento?

( ) Balanço Patrimonial (BP)

( ) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

( ) Demonstração do Resultado do Exercício [DRE]

( ) Notas Explicativas

( ) Nenhuma das Demonstrações

( ) Outras: \_\_\_\_\_

5 – De 0 a 5, sendo 5 a nota máxima, qual a importância das demonstrações contábeis para a sua empresa?

( ) 0              ( ) 1              ( ) 2              ( ) 3              ( ) 4              ( ) 5

Nota:

6 – Você e sua empresa obtêm, periodicamente, informações sobre o andamento de faturamento, giro de estoque, grau de endividamento ou qualquer outro informativo que auxilie na tomada de decisão?

( ) Sim                                      ( ) Não

7 – No caso de uma análise mais circunstanciada e aprofundada sobre a sua empresa, estaria disposto a contratar alguém ou alguma empresa que acompanhasse o processo e produzisse as informações e os relatórios necessários?

(   ) Sim

(   ) Não

Se sim, quais informações espera desse serviço?

---

---